



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA
Estado do Espírito Santo

Publicado no DOM-ES
Lei Municipal nº 2606/2015

Edição: 1385 Em: 05/11/19

Palma
Responsável:
Jefferson Vieira Calmon
Assessor Municipal

INSTRUÇÃO NORMATIVA – STB Nº 03/2014

Versão: 02

Aprovação em: 28 de outubro de 2019

Ato de aprovação: Decreto nº. 330/2019

Unidade Responsável: Secretaria Municipal da Fazenda e Finanças

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º – A presente Instrução Normativa dispõe sobre os critérios e procedimentos de Baixa de Inscrição no Cadastro Econômico Municipal dos Contribuintes, Pessoas Jurídicas que não estão exercendo atividades Econômicas, que possuam baixa comprovada perante as Esferas Estaduais e Federais, no âmbito do Município de Santa Teresa – ES.

CAPÍTULO II
DA ABRANGÊNCIA

Art. 2º – Esta Instrução Normativa abrange o Setor de Cadastro Econômico, a Fiscalização de Obras e Posturas, no Município de Santa Teresa – ES.

CAPÍTULO III
DOS CONCEITOS

Art. 3º – Constitui Baixa de Inscrição no Cadastro Econômico Municipal, o ato de extinguir uma Inscrição no Cadastro Econômico Municipal, que já tenha sido baixada perante as Receitas Estadual e Federal, no caso de Pessoa Jurídica.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

Art. 4º – Portal Simplifica – ES: Ambiente virtual disponibilizado na Rede Mundial de Computadores no endereço eletrônico www.simplifica.es.gov.br conforme definição elencada no Decreto Estadual nº 4231-R/2018.

Art. 5º – Pontos de Controle:

- I. Baixa de Inscrição Municipal de Contribuintes que não estejam mais exercendo atividades econômicas no Município;
- II. Emissão de Certidão de Baixa da Inscrição Municipal.

CAPÍTULO IV

DOS PROCEDIMENTOS

Art. 6º – São procedimentos concernentes aos setores abrangidos por esta Instrução Normativa:

- I. Conferência diária no Portal Simplifica - ES pelo Setor de Cadastro Econômico para verificar novas solicitações de Baixa;
- II. Após vistoria “in loco”, o Setor de Fiscalização de Obras e Posturas despacha o processo eletrônico do Portal Simplifica - ES para que o Cadastro Econômico Municipal efetue a Baixa da Inscrição;
- III. O Setor de Cadastro Econômico realiza a Baixa da Inscrição Municipal e emite a Certidão que comprove a Baixa da Inscrição no Cadastro Econômico Municipal.

CAPÍTULO V

DA BASE LEGAL

Art. 7º – A presente Instrução Normativa integra o conjunto de ações, de responsabilidade do Chefe do Poder Executivo, sobre a Baixa de Inscrição no Cadastro Econômico Municipal dos Contribuintes, Pessoas Jurídicas que não estão exercendo atividades Econômicas, no Município de Santa Teresa, sobre o qual dispõem:

- I. A Constituição da República Federativa do Brasil;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

- II. O Código Tributário Nacional – Lei nº 6.830/1990;
- III. A Lei Federal nº 9.051/2005;
- IV. A Lei Complementar nº 001/10 – Código Tributário Municipal;
- V. A Lei Complementar nº 004/2012 – Plano Diretor Municipal;
- VI. A Lei Orgânica Municipal nº 973/1990;
- VII. O Decreto Estadual nº 4231-R/2018;
- VIII. A Lei Estadual nº 10.806/2018.

CAPÍTULO VI

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 8º – Das Responsabilidades:

- I. Compete ao Setor de Fiscalização de Obras e Infraestrutura atestar o não funcionamento da empresa requerente para que seja feita a Baixa;
- II. É competência do Setor de Cadastro Econômico realizar a Baixa no Cadastro Econômico Municipal;
- III. O Servidor que efetuar a Baixa de forma fraudulenta, ou conceder benefícios, tais como cancelamento de taxas ou impostos sem que tenha sido deferido em processo formalizado, ou mesmo efetuar a Baixa sem processo físico ou eletrônico no Portal Simplifica - ES, este último quando for recente, responderá Processo Disciplinar Funcional.

CAPÍTULO VII

DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

Art. 9º – Os esclarecimentos adicionais a respeito desta Instrução Normativa poderão ser obtidos junto a Secretaria Municipal da Fazenda e na Unidade Central de Controle Interno que, por sua vez, através de procedimentos de controle e por meio de métodos de amostragem, aferirá a fiel observância de seus dispositivos por parte das diversas Unidades da Estrutura Organizacional.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

Art. 10 – Esta Instrução Normativa deverá ser atualizada sempre que fatores organizações, legais ou técnicos assim o exigirem, a fim de verificar a sua adequação aos requisitos da Instrução Normativa SCI nº 01/2013 (Norma das Normas), bem como manter o processo de melhoria contínua.


Art. 11 – O descumprimento do previsto nos procedimentos aqui definidos será objeto de instauração de sindicância e do processo administrativo disciplinar para apuração da responsabilidade da realização do ato contrário às normas instituídas;

Art. 12 – A realização de procedimentos de todas as unidades envolvidas, sem a observância as tramitações, registro e controles estabelecidos nesta Instrução Normativa estarão sujeita à responsabilização administrativa, sem prejuízo das demais sanções legais.

Art. 13 – Toda e qualquer irregularidade encontrada pelos servidores responsáveis pela Secretaria Municipal da Fazenda do Município de Santa Teresa, bem como nas demais unidades sujeitas à observância desta Instrução Normativa, deverão obrigatoriamente ser comunicadas à autoridade competente, bem como à Unidade Central de Controle Interno – UCCI.

Art. 14 – Esta Instrução Normativa entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Teresa, Estado do Espírito Santo,
em 28 de outubro de 2019.


GILSON ANTONIO DE SALES AMARO
PREFEITO MUNICIPAL

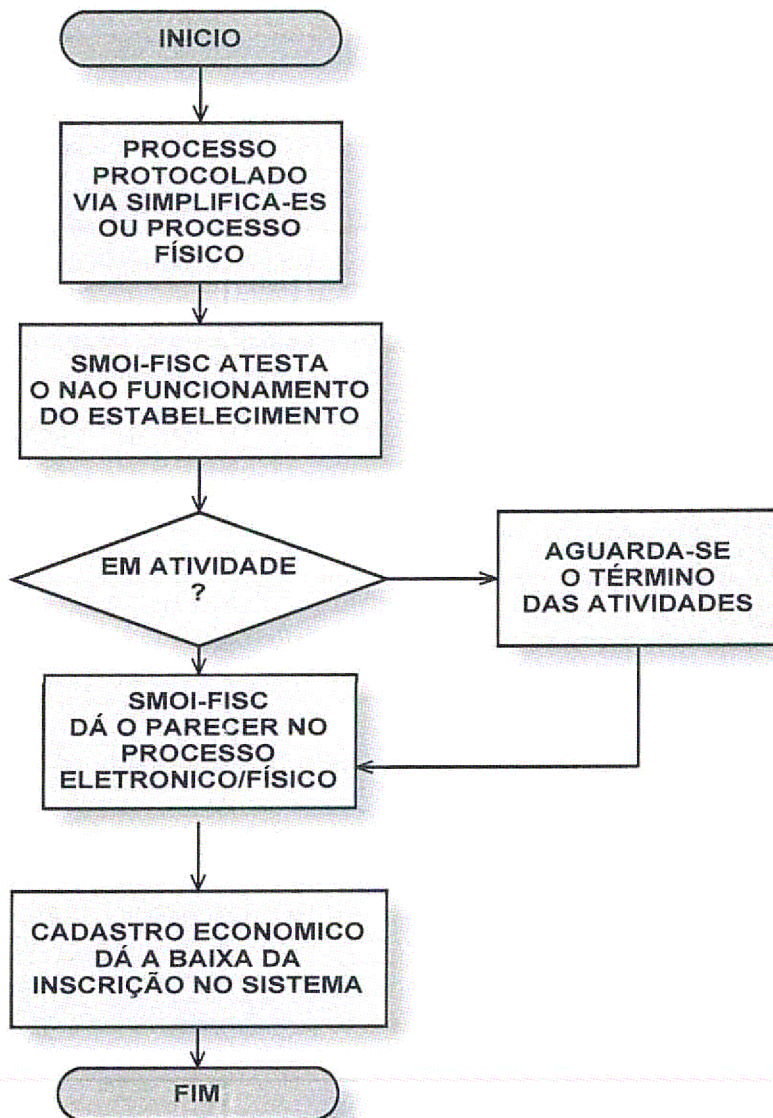


PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TERESA

Estado do Espírito Santo

Fluxograma – Baixa de Inscrição no Cadastro Econômico Municipal

Instrução Normativa STB Nº 03/2014 – Versão: 02



Legenda:

SMOI – FISC – Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura – Setor de Fiscalização